

**PERSPECTIVAS INDÍGENAS EM TEORIA DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: LEVANTAMENTO NOS TRABALHOS
PUBLICADOS NOS ANAIS DOS ENCONTROS NACIONAIS DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(2007-2021)**

*INDIGENOUS PERSPECTIVES IN INTERNATIONAL RELATIONS
THEORY: A SURVEY OF THE ACADEMIC PAPERS PUBLISHED IN THE
PROCEEDINGS OF THE NATIONAL MEETINGS OF THE BRAZILIAN
ASSOCIATION OF INTERNATIONAL RELATIONS (2007-2021)*

Silvana Schimanski¹

Caio Júnior Auler²

Cassiane Leonor Santos de Souza³

Julia Maria Soares Andrade Rodrigues⁴

Maria Julia Santos Mattos⁵

Vitória de Borba⁶

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar a presença da abordagem teórica de Perspectivas Indígenas nos trabalhos acadêmicos da área temática Teoria das Relações Internacionais publicados nos anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ENABRI-ABRI) ocorridos entre 2007 e 2021. Nas Relações Internacionais, as Perspectivas Indígenas se situam entre aquelas abordagens críticas ao corpo teórico positivista tradicional, oferecendo visões diferenciadas quanto à ordem política e legal, além de questionar o Estado-centrismo no núcleo ontológico da disciplina. Considera-se que as populações indígenas oferecem um potencial transformador para as teorias de Relações Internacionais, uma vez que manifestam conhecimentos próprios acerca das intrincadas relações entre o ser humano e o mundo, enxergando o ambiente internacional através de seus critérios de interdependência com os aspectos naturais e sociais da vida humana. Considerando que a ABRI, fundada em 2005, consolida os principais avanços da produção acadêmico-científica do campo

¹ Universidade Federal de Pelotas (silvana.schimanski@ufpel.edu.br).

² Universidade Federal de Pelotas (caiojr99@gmail.com).

³ Universidade Federal de Pelotas (cassilssouza@gmail.com).

⁴ Universidade Federal de Pelotas (juliarudrigues@gmail.com).

⁵ Universidade Federal de Pelotas (mariajstsmattos@gmail.com).

⁶ Universidade Federal de Pelotas (borbavitoria45@gmail.com).

no país, busca-se responder à seguinte pergunta: as Perspectivas Indígenas estão presentes nos trabalhos acadêmicos apresentados na área temática sobre Teoria das Relações Internacionais nos encontros nacionais ABRI? Quanto à metodologia da pesquisa, utilizou-se a abordagem mista sequencial (quali-quantitativa) com finalidade exploratória. Por meio da consulta a fontes bibliográficas (anais dos encontros nacionais) realizou-se um levantamento quantitativo a partir de termos de busca: perspectivas indígenas, indígena e suas correspondências nos idiomas aceitos no evento. A leitura dos trabalhos permitiu qualificá-los quanto à proposta das Perspectivas Indígenas. Conclui-se que, no maior evento acadêmico brasileiro de Relações Internacionais, ainda é incipiente a inserção das questões indígenas. A partir de termos de busca, na área temática de Teoria, foram localizados doze (12) trabalhos. Desse total, enquanto um deles alinha-se à proposta de buscar visões diferenciadas, a parcela mais significativa foca em denunciar a lacuna das contribuições indígenas para o campo. Destaca-se que no evento realizado no ano de 2021, maior número de trabalhos foi localizado, sugerindo um potencial aumento das discussões dessa abordagem nos próximos anos.

Palavras-chave: Perspectivas Indígenas; Indígenas; ABRI; teoria de Relações Internacionais; pós-positivismo.

ABSTRACT

The present article aims to identify the presence of the theoretical approach of Indigenous Perspectives in academic works published in the thematic area of Theory of International Relations in the proceedings of the National Meetings of the Brazilian Association of International Relations (ENABRI-ABRI) that took place between 2007 and 2021. In the field of International Relations, Indigenous Perspectives are situated among the critical approaches to the traditional positivist theoretical body, offering different views on the political and legal order, in addition to questioning the State-centrism in the ontological core of the discipline. It is considered that indigenous populations offer a transforming potential for International Relations theories, since they manifest their own knowledge about the intricate relationships between human beings and the world, seeing the international environment through their criteria of interdependence with natural and social aspects of human life. Considering that since it was founded in 2005, ABRI consolidates the main advances of academic-scientific production in the IR field in the country, this paper seeks to answer the following question: are Indigenous Perspectives present in the academic works presented in the thematic area on International Relations Theory at ABRI national meetings? As for the research methodology, the sequential mixed approach (qualitative-quantitative) was used for exploratory purposes. By consulting bibliographic sources, specifically the proceedings of ABRI's national meetings, a quantitative survey was carried out based on search terms: indigenous, indigenous perspectives and their correspondence in the languages accepted at the event. Through the reading of the published papers' it was possible to qualify them as to the proposal of the Indigenous Perspectives. It is concluded that, in the largest Brazilian academic event of International Relations, the insertion of indigenous issues is still incipient. From search terms, in the thematic area of Theory, twelve (12) presentation papers were identified. Of this total, while one of them is aligned with the proposal to seek differentiated views, the most significant portion focuses on denouncing the gap in indigenous contributions to the field. It is noteworthy that at the event held in 2021, a greater number of papers were located, suggesting a potential increase in discussions of this approach in the coming years.

Keywords: Indigenous Perspectives; Indigenous; ABRI; Indigenous International Relations theories; post-positivism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar a presença da abordagem teórica Perspectivas Indígenas nos trabalhos acadêmicos da área temática Teoria das Relações Internacionais, publicados nos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ENABRI-ABRI) ocorridos entre 2007 e 2021. A ABRI foi estabelecida em 2005 e visa “[...] promover as Relações Internacionais como campo de estudo no país” (ABRI, 2022a: n.p.).

Entre seus objetivos, destaca-se o estímulo e a difusão da produção acadêmico-científica em Relações Internacionais.

Em linha com este objetivo, a ABRI já organizou, ao longo dos anos, oito edições dos seus Encontros Nacionais e cinco dos Seminários de Relações Internacionais para Graduação e Pós-Graduação. Este estudo foca nos Encontros Nacionais da ABRI, por representar espaço que consolidou as reflexões sobre o campo no Brasil a partir de 2007. Entre 2007 e 2021 ocorreram oito edições (do 1º ao 8º), cujos anais estão acessíveis pela página da ABRI, exceto pelo 2o Encontro - realizado em parceria com a *International Studies Association-ISA*. A primeira edição dos Seminários para Graduação e Pós-Graduação ocorreu apenas em 2012 e análises futuras cobrirão os anais dos cinco eventos específicos, que ocorrem em anos pares, intercalados com os encontros nacionais.

Nas Relações Internacionais, o debate sobre as contribuições pós-positivistas (Lapid, 1989), assim como sobre o pós-colonialismo (Toledo, 2021) abriram caminhos para discussões sobre a dependência ontológica e epistemológica das correntes teóricas tradicionais, estimulando reflexões acerca das potenciais contribuições de outras perspectivas. Guimarães (2020) classifica como teorias interpretativas aquelas que interpretam ou criticam as formas dominantes de explicar o mundo, uma vez que tais narrativas trazem consigo formas de dominação e poder, favorecendo certos grupos de atores em detrimento de outros. Entre as abordagens interpretativas, destacam-se o pós-modernismo, feminismo, teoria *queer*, pós-colonialismo e as teorias não ocidentais.

Nesse contexto inserem-se as Perspectivas Indígenas, críticas da atual ordem política, legal e Estado-cêntrica, arquitetada na Europa (Corntassel, Woons, 2017). Logo, enquanto inúmeros trabalhos destacam os indígenas como atores nas Relações Internacionais, estudando sua atuação nos processos decisórios em instâncias domésticas e internacionais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas (Oliveira, 2000; Urt, 2011; Carpenter, Tsykarev, 2021), outros por sua vez, destacam a potencial contribuição conceitual e teórica desses grupos (Moreira, 2007; Beier, 2009; Min, 2016; Corntassel, Woons, 2017).

Para responder à pergunta norteadora deste trabalho, que é identificar em que medida as Perspectivas Indígenas estão presentes nos trabalhos acadêmicos apresentados na área

temática de Teoria de Relações Internacionais dos Encontros Nacionais da ABRI, a metodologia adotada foi a abordagem mista (quali-quantitativa), por meio da consulta a fontes bibliográficas, com finalidade exploratória. A abordagem mista permite integrar dados qualitativos e quantitativos, por meio da estratégia sequencial (Creswell, 2010). Gil (2007) sugere que pesquisas exploratórias permitem a familiarização com o fenômeno que está sendo investigado.

Ao estabelecer como fontes bibliográficas os anais dos Encontros Nacionais da ABRI realizados no período (2007-2021), disponibilizados eletronicamente no site da Associação (ABRI, 2022b, n.p), foi possível levantar - por meio dos termos de busca “perspectivas indígenas/*indigenousperspectives*” e “indígena/*indigenas/indigenous* - a quantidade de artigos, os quais, na sequência, foram analisados qualitativamente a partir da lente proposta pelas Perspectivas Indígenas.

Na primeira seção deste trabalho, são apresentados os aspectos fundamentais das Perspectivas Indígenas no contexto de Teoria de Relações Internacionais. Na segunda seção, apresentam-se os resultados do levantamento bibliográfico realizado para identificar a presença das Perspectivas Indígenas nos trabalhos publicados nos ENABRIs, focando na área temática de Teoria das Relações Internacionais. Por fim, dispõem-se as considerações finais, as quais perpassam as potencialidades e desafios encontrados por esta abordagem teórica e sua inserção nas Relações Internacionais do Brasil. A partir dos resultados do levantamento, é possível concluir que parcela mais significativa dos estudos localizados tem por foco denunciar a ausência das experiências indígenas acerca das Relações Internacionais, evidenciando o potencial campo de estudos para acadêmicos brasileiros.

PERSPECTIVAS INDÍGENAS: PARA UMA ABORDAGEM TEÓRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI)

O desenvolvimento teórico do campo das Relações Internacionais representa, em um panorama geral, o resultado de debates e postulados ontológicos, epistemológicos e metodológicos (Braga, 2013; Ureña-Sanchez, 2020). Ao mesmo tempo que servem como

guia para a compreensão e interpretação das Relações Internacionais, também revelam o que há por trás de discursos e narrativas que favorecem determinados grupos (Guimarães, 2020).

Se as diferentes Teorias das Relações Internacionais permitem compreender o mundo através de variadas lentes, qual a contribuição das Perspectivas Indígenas para o campo das Relações Internacionais? De uma forma geral, há duas correntes que explicam o impulso do movimento das Perspectivas Indígenas no pensamento das Relações Internacionais. A primeira relaciona-se à busca pela valorização das experiências dos povos marginalizados e os modos não-ocidentais de desenvolvimento. A segunda, fundamenta-se nos debates pós-coloniais, os quais enfatizam o nexos entre poder e conhecimento (Min, 2016). Pode-se afirmar que os acadêmicos passam a buscar as visões e contribuições que vão além dos conceitos e proposições teóricas formuladas sobre histórias e experiências ocidentais.

Para Beier (2009), sendo as Relações Internacionais o campo mais envolvido na compreensão das práticas diplomáticas históricas e contemporâneas - tanto em si mesmas como sob o ponto de vista conceitual - é uma falha que as práticas diplomáticas de povos indígenas não figurem nos debates do campo, nem mesmo como contraponto às práticas ocidentais. O autor criticamente afirma que há um rígido Estado-centrismo no campo das RI e que essa interpretação tem sido “silenciosa” sobre as diplomacias indígenas e suas contribuições não-ocidentais. O autor considera, portanto, que a tentativa de fazer com que os conhecimentos indígenas sejam presentes nas RI, tem evidenciado a ausência de suas vozes.

Cornthassel e Woons (2017) identificam que as Perspectivas Indígenas surgem nas RI na contracorrente da lógica *mainstream* do campo, marcada pelo Estado-centrismo dominante na ordenação política e global despontada na Paz de Westfália europeia, dos anos 1648. Os referidos autores apontam que o modelo de Estado moderno westfaliano levou, geralmente, à dominação colonial impositiva da identidade nacional do colonizador e à destruição dos povos nativos.

Nesse ínterim, os autores destacam que as Relações Internacionais contemporâneas - entre Estados, fundamentadas no conceito de Soberania - foram estabelecidas por meio da violência e poder sobre os povos e suas terras. Como exemplo da potencial contribuição

indígena nas relações internacionais, Corntassel e Woons (2017) mencionam a renovação do Tratado de Buffalo em 2014, referindo-se ao Quarto Tratado de Buffalo Creek, firmado pelas 10 Primeiras Nações Indígenas, povos habitantes de territórios situados em ambos os lados da fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá⁷. Tal instrumento expressa: a) o caráter sagrado dos tratados para muitos povos indígenas e a sua aspiração de estabelecer relações com os demais povos do mundo; b) o desejo de participação ativa destes povos na vida internacional; c) suas competências na contribuição em reflexões e na peculiaridade de suas visões e *insights* acerca da política global e suas concepções tradicionais.

Assim, na concepção de Corntassel e Woons (2017), as contribuições indígenas para o campo das Relações Internacionais são evidentes: promovem visões positivas e alternativas do internacional capazes de desafiar o modelo Estado-centrista, alicerçadas em seus compromissos e senso de interdependência com o mundo natural. No ato de *ser* indígena, estão incutidos os laços de honra e renovação das relações complexas entre o ser humano e a natureza.

Tais visões positivas e alternativas das concepções indígenas, têm crucial importância em um contexto de *mission civilizatrice* moderna em curso, como identificado por Paris (2002). O autor identifica diversas versões da *mission civilizatrice*, tanto antigas como modernas. As versões antigas têm lugar na concepção tradicional dos colonialismos europeus praticados pelos Estados imperialistas. As modernas, por sua vez, podem ser reconhecidas na noção de *peacebuilding*, por exemplo. Embora menos mercenárias, estas têm como base normas orientadas pelo ocidentalmente “aceitável” e “civilizado” que reprimem o que escapa a tal padrão.

Ao discutir a luta dos povos indígenas na recuperação e regeneração de sua existência, Corntassel (2012) alude ao estudioso Mohawk Alfred Gerald Taiaiake (2009: 43 *apud* Corntassel, 2012: 88), segundo o qual “a verdadeira privação é a erosão de uma ética de respeito e responsabilidade universal que costumava ser a marca registrada das sociedades

⁷ O tratado inclui: Nação Blackfeet, Tribo Kainai/Blood, Nação Siksika, Nação Piikani, as Tribos Assiniboine e Gros Ventre da Reserva Indígena Fort Belknap, as Tribos Assiniboine e Sioux da Reserva Indígena Fort Peck, as Tribos Salish e Kootenai da Reserva Indígena Confederada Salish e Kootenai e a Nação Tsuut'ina.

indígenas”⁸. Corntassel (2012) apresenta o conceito de “políticas de distração” - que em alguma medida converge com de *mission civilizatrice* - que vêm sendo utilizadas no sentido de desviar a atenção e energia do ressurgimento dos povos indígenas, reorganizando suas relações comunitárias para promover sua coexistência com o Estado.

O autor argumenta que essas políticas são operacionalizadas de forma a ameaçar as pátrias, culturas e comunidades indígenas. Alguns temas, inclusive, são geralmente invocados por entidades coloniais para desviar a atenção dos movimentos descolonizantes, ao invés de oferecer reparação pelos danos causados aos povos indígenas. Por este motivo, Corntassel (2012) compreende que tratar o mundo natural como um recurso de extração, não somente destrói o equilíbrio das economias em seu estado orgânico, mas também promove um processo de *commodifying and marketizing* das relações indígenas, de suas responsabilidades e de seus esforços de ressurgimento.

Nesse sentido, o referido autor aponta que, para esses povos, a possibilidade de vida autodeterminada reside no confronto com as instituições, estruturas e políticas coloniais existentes. A mudança do *status quo* significaria, portanto, a rejeição à performatividade de um discurso de direitos orientado pelas práticas de Estado e o exercício de uma existência cotidiana condicionada pela cultura baseada em costumes locais (Corntassel, 2012).

Diversos autores dão enfoque às oportunidades e desafios presentes na emergência dos povos indígenas como atores das Relações Internacionais (Oliveira, 2000; Moreira, 2007; Urt, 2011; Corntassel, 2012; Carpenter, Tsykarev, 2021) e destacam que os povos indígenas - não sendo Estados, nem organizações internacionais, tampouco, organizações não governamentais - são povos com distintas políticas, linguagens, culturas e visões de mundo.

No primeiro Encontro Nacional da ABRI, por exemplo, o pesquisador Felipe Kern Moreira (2007) defende um diálogo interdisciplinar que permita a aproximação dos povos indígenas do campo das Relações Internacionais. Segundo o autor, os povos indígenas ficam à margem do sistema internacional, mais em termos de ideias do que em termos práticos. Assim, defende que o campo de Relações Internacionais poderia se utilizar de ferramentas de

⁸ Do original: “...the real deprivation is the erosion of an ethic of universal respect and responsibility that used to be the hallmark of indigenous societies.”

pesquisa da antropologia, etnologia e sociologia para ampliar seu escopo. Reconhecendo o desafio de não tratar as realidades como únicas, mas plurais, heterogêneas, complexas e híbridas, sugere “[...] a possibilidade de consolidação de um viés ‘antropológico’ em teoria de relações internacionais” (Moreira, 2007: 21). Seu estudo já demonstrava a pulverização das discussões:

A partir da revisão bibliográfica conclui-se que se produz menos em relações internacionais sobre as questões indígenas do que a antropologia as questões ‘inter- nacionais’. [...] Entende-se também que enquanto em outros campos já há uma produção mais uniforme, em relações internacionais há uma diluição dos temas sob diversos segmentos como direito dos povos indígenas como parte dos estudos de Direito Internacional Público; áreas protegidas e soberania bastante presente nos estudos de estratégia e política de defesa, e; multiculturalismo na esfera dos estudos sobre identidade, cultura e poder (Moreira, 2007: 21).

Urt (2011), por exemplo, atenta para as possibilidades de inserção internacional, seja real ou potencial, dos povos indígenas, demonstrando haver tanto uma compreensão desses povos como constituintes do movimento indígena internacional de representação, como de interessados na formação de nações ou Estados indígenas. Na visão deste autor, entretanto, os grupos indígenas não poderiam ser classificados como nações: de um lado porque não demonstram interesse, e, de outro, porque não possuem as características de um Estado-nação. Urt (2011) indica três setores-chave onde as normas e instituições da atualidade podem colaborar com os povos indígenas: o meio ambiente e a mudança climática, a promoção do desenvolvimento e a promoção dos direitos humanos.

Oliveira (2000), por sua vez, destaca os desafios estabelecidos para atuação dos povos indígenas a nível internacional. Utiliza o exemplo dos critérios de identificação da população indígena na Diretiva Operacional 4.20 do Manual do Banco Mundial, para ilustrar a lógica de exclusão. Por exemplo, tais critérios compreendem os povos indígenas com forte apego aos territórios ancestrais e recursos naturais, frequentemente falantes de línguas indígenas diferentes da língua nacional (BANCO MUNDIAL, 1991). Nesse sentido, o autor pontua a inefetividade de atributos generalizantes. Diversas populações indígenas passaram por um deslocamento forçado e extensos ciclos migratórios, o que tornaria a ideia de “apego ao território ancestral” algo genérico. Da mesma maneira, o critério da não utilização da língua nacional não condiz: no Brasil, por exemplo, a língua nacional é vastamente utilizada pelos indígenas.

Entre tantos outros exemplos possíveis, aponta-se que no âmbito das Nações Unidas, a partir dos dispositivos da adoção da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas⁹, os próprios povos estão avaliando seus vários modos de engajamento, baseado em seus valores, cronogramas e visões acerca do próprio bem-estar, assim como para o mundo (Carpenter, Tsykarev, 2021). A partir da emergência desses trabalhos, que descrevem casos e situações, é que Beier (2009) sugere que devemos buscar obter visões conceituais ou formas de conhecimento.

É nesse sentido que se torna premente diferenciar, por fim, perspectivas indígenas como objeto de estudo das RI e Perspectivas Indígenas como abordagem teórica e ferramenta de análise. Picq *et al* (2017), ao distinguir a indigenidade - tratada como categoria de análise - como uma perspectiva estratégica capaz de contestar os pontos de vista hegemônicos e a praxe da soberania nas RI, identificam que este nicho crítico é capaz de transpor os limites do pensamento Estado-cêntrico em nível empírico, histórico e teórico. Quanto à dimensão empírica, os referidos autores identificam as lutas indígenas como desafio à soberania estatal e à política global tradicional. A nível histórico, pode-se resgatar a formação dos Estados em uma discussão indigenista pensadora do pós-nacional. No âmbito teórico, Picq *et al* (2017) identificam a potencialidade da indigenidade de transcender os limites das RI como campo disciplinar e de avançar para além dos pressupostos do que é o internacional.

É indubitável, entretanto, que as RI admitiram apenas muito recentemente e de forma muito limitada, que o mundo é composto por muitos mundos, como articula Inoue (2018)¹⁰ em sua discussão acerca de uma política ambiental global (GPE - *sigla em inglês*). A discussão das Perspectivas Indígenas como abordagem que compreenda em si a visão dos povos indígenas quanto à realidade internacional e às Relações Internacionais *de facto* é, portanto, ainda embrionária. Ademais, identifica-se também o desafio da elaboração de Perspectivas Indígenas feitas por povos indígenas, e mais ainda, os percalços da inserção efetiva de tal abordagem no campo das teorias de RI. Afinal, as concepções político-mundiais do

⁹ A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada na 107ª Sessão Plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13 de setembro de 2007.

¹⁰ A referida autora demonstra por exemplo, ao retomar o livro do xamã Yanomami Davi Kopenawa intitulado *The Falling Sky*, que enquanto para as pessoas brancas a floresta é um estoque de recursos e a biodiversidade um agregado de valor intrínseco, para os povos Yanomami a floresta é efetivamente o *mundo*. É tangível neste exemplo a dessemelhança da cosmovisão Yanomami na compreensão do que é *mundo* em relação à cosmovisão das pessoas brancas.

mainstream das Relações Internacionais definem que teorias e conceitos são constitutivos do *mundo* a ser estudado, e as Perspectivas Indígenas concebidas pelos povos indígenas seriam imbuídas de suas maneiras próprias de elaborar conhecimento.

Inoue (2018) discute que o conhecimento desses povos é baseado em fontes independentes e expressas de maneiras autônomas e características de suas cosmovisões. É necessário, por conseguinte, que as RI abram espaço ontológico e epistemológico no campo em favor das formas indígenas de conhecimento, de maneira a integrá-las e evitar um processo de invalidação de formas de conhecimento não-hegemônicas.

Ressalta-se, portanto, a relevância das contribuições advindas das Ciências Sociais para a expansão do campo das Relações Internacionais. Os desafios para tal expansão já pudera ser observados anteriormente, como por exemplo, no relativo atraso para a incorporação das contribuições da Escola de Frankfurt (Braga, 2013). Não obstante, outros ramos das Ciências Sociais desenvolvem uma produção de conhecimentos sensíveis para a evolução das Relações Internacionais. Inoue (2018), por exemplo, utilizou dos trabalhos acadêmicos de antropólogos como fontes secundárias em sua discussão acerca das vozes indígenas com um contexto da política ambiental global no Antropoceno¹¹. Peres (2021), por sua vez, demonstra as potencialidades da interlocução entre Antropologia e Relações Internacionais na tarefa da descolonização deste último campo.

Discerne-se, que uma flexibilidade das Relações Internacionais em seu diálogo com outros ramos das Ciências Sociais, aliada a uma permeabilidade ontológica e metodológica para os conhecimentos não-hegemônicos, podem estimular maiores reflexões acerca das contribuições das Perspectivas Indígenas para o campo. Esse movimento observado, principalmente, em publicações estrangeiras, estimulou a realização do levantamento nos trabalhos publicados dentro da área temática de Teoria das Relações Internacionais, nos Encontros da ABRI, cujos resultados são apresentados na sequência.

¹¹ O Antropoceno consiste na denominação da era mais recente da Terra, marcada pelos efeitos da atividade humana.

PERSPECTIVAS INDÍGENAS NOS TRABALHOS DOS ENCONTROS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI) DE 2007 A 2021

A fim de identificar os trabalhos da área temática de Teoria das Relações Internacionais nos Encontros Nacionais da ABRI, primeiro foi realizada uma busca geral nos Anais dos referidos eventos. O levantamento bibliográfico considerou os trabalhos publicados nos Anais disponíveis dos últimos anos: entre o 1º Encontro Nacional da ABRI (ENABRI), ocorrido em 2007, e o 8º Encontro, ocorrido em 2021. Como tais eventos ocorrem nos anos ímpares, a amostragem abrange sete anais disponíveis eletronicamente para acesso público (ABRI, 2022b, n.p)¹², uma vez que os anais do 2º Encontro Nacional não estão disponíveis para o público, na página Associação.

A primeira etapa consistiu na realização de busca quantitativa da ocorrência de dois termos-chave em todos os trabalhos publicados referidos anais, dentro do recorte temporal estabelecido: “perspectivas indígenas/*indigenous perspectives*¹³” e “indígena/*indígenas/indigenous*”. Este primeiro exercício revelou que nos anais dos sete (7) encontros analisados, o termo-chave “perspectivas indígenas/*indigenous perspectives*” foi citado zero (0) vezes e o termo-chave “indígena/*indígenas/indigenous*” foi citado seiscentas e vinte e nove (629) vezes, em um total de oitenta e oito (88) trabalhos, nas diversas áreas temáticas do evento (Quadro 1).

Até o momento, o 1º, o 3º e o 8º, respectivamente, são os Encontros nos quais foram localizados o maior número de trabalhos publicados com os termos da busca nas diversas áreas temáticas. No primeiro, foram localizados dezessete (17) trabalhos, sendo apenas dois (02) dentro da área temática de TRI. No terceiro encontro foram identificados vinte e três (23), sendo que apenas um (01) dos trabalhos enquadrava-se na área temática de TRI. Nos eventos subsequentes (4º e 5º ENABRI) a ocorrência não foi regular. No 4º, foram identificados cinco (05) trabalhos em outras áreas temáticas, enquanto em TRI nenhum foi

¹² Vale destacar que os Anais não publicam o número total de trabalhos apresentados a cada edição do evento. Essa informação seria relevante, uma vez que permitiria quantificar as contribuições percentuais das diferentes áreas temáticas.

¹³ Os ENABRIS também aceitam trabalhos na Língua Inglesa e Espanhol.

enquadrado. No 5º ENABRI, realizado em 2015, não houve nenhuma ocorrência dos termos de busca.

A partir do 6º ENABRI, no qual foram identificados sete (07) trabalhos - dos quais apenas um (01) na área temática de TRI - observa-se uma tendência crescente no número de artigos contendo o termo de busca “indígena/indígenas/*indigenous*”, com dez (10) trabalhos publicados no 7º ENABRI (um em TRI) e vinte e seis trabalhos (26) trabalhos publicados no 8º ENABRI, evento no qual sete (07) trabalhos compuseram a área temática TRI.

O total dos trabalhos identificados (Quadro 1) encontra-se disperso nas diferentes áreas temáticas propostas para cada evento: Instituições Internacionais/Instituições e Regimes Internacionais/Instituições e Organizações Internacionais (25 trabalhos); Teoria das Relações Internacionais (12 trabalhos); Integração Regional (11 trabalhos); Segurança Internacional/Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa (11 trabalhos); Economia Política Internacional (10 trabalhos); História das Relações Internacionais/História das Relações Internacionais e da Política Externa (7 trabalhos); Política Externa/Análise de Política Externa (9 trabalhos); e nas seções de Workshop doutoral (2 trabalhos) e de Ensino, Pesquisa e Extensão (1 trabalho)¹⁴.

Quadro 1. Trabalhos identificados por área temática nos anais dos Encontros Nacionais da ABRI¹⁵

Áreas Temáticas (AT) da ABRI	1º (2007)	3º (2011)	4º (2013)	5º (2015)	6º (2017)	7º (2019)	8º (2021)	Total na AT
AT Teoria das Relações Internacionais	2	1	(-)	0	1	1	7	12
AT Instituições Internacionais/ Instituições e Regimes Internacionais/ Instituições e Organizações Internacionais	4	3	3	0	3	5	7	25

¹⁴ A relação completa dos trabalhos identificados pelos pesquisadores, em cada área temática, pode ser acessada em documento suplementar disponível em: <https://bit.ly/materialsuplementar>.

¹⁵ Importante lembrar que os anais do 2º Encontro Nacional da ABRI (do ano de 2009) não foram considerados por não estarem disponíveis para consulta pública na página da Associação. Também vale mencionar que as áreas temáticas foram modificadas, excluídas ou incluídas ao longo dos anos.

AT Integração Regional	3	8	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	11
AT Economia Política Internacional	0	4	0	0	1	1	4	10
História das Relações Internacionais/ História das Relações Internacionais e da Política Externa	(-)	3	1	0	0	1	2	7
Segurança Internacional /Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	4	2	0	0	1	1	3	11
Política Externa/Análise de Política Externa	4	1	1	0	1	0	2	9
Workshop doutoral	(-)	1	0	0	0	1	0	2
Ensino e Pesquisa e Extensão	(-)	(-)	(-)	0	0	0	1	1
Total de trabalhos	17	23	5	0	7	10	26	88

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, a partir dos Anais dos Encontros Nacionais da ABRI.

Visando atender o objetivo geral deste trabalho, no sentido de identificar a presença das Perspectivas Indígenas nos debates dentro da área temática de Teoria das Relações Internacionais¹⁶, procedeu-se, preliminarmente, à leitura dos resumos dos trabalhos para confirmar sua pertinência e, posteriormente, à leitura que permitiu a análise qualitativa do conteúdo dos doze (12) trabalhos alocados na área temática quanto à sua aderência a tal proposta. O Quadro 2 apresenta os dados dos trabalhos investigados (encontro, título, autoria e filiação institucional), bem como contextualiza a abordagem adotada.

¹⁶ Ressalta-se que um trabalho do 1º ENABRI, que não foi inserido na área temática de TRI, mas na área temática de Segurança Internacional, possui contribuição alinhada à proposta das perspectivas indígenas. Para não desviar do recorte proposto para esta pesquisa, a significativa contribuição de Felipe Kern Moreira (2007) foi apresentada na apresentação teórica do presente trabalho.

Quadro 2. Trabalhos da AT Teoria das Relações Internacionais dos Encontros Nacionais da ABRI, contendo os termos de busca

ENABRI / Ano	Título	Autor(es)/ Filiação Institucional	Abordagem
1º (2007)	Da Antártica à Amazônia: Soberania e Cooperação Internacional Ambiental	Fernanda Viana de Carvalho (UnB)	Analisa a cooperação internacional sobre temas relacionados ao meio ambiente, destacando os desafios para a inserção das comunidades tradicionais e povos indígenas nesses debates.
	A produção teórica de Relações Internacionais na América Latina	Alessandro Biazzi Couto (PUC-Rio)	Analisa as teorias produzidas a partir do fim da Guerra Fria e as principais questões que surgiram para as relações internacionais da região. Em um ponto do texto, discute a colonialidade do saber, uma relação de dominação centro-periferia que se estende na produção intelectual.
3º (2011)	Cidadania, migrações e integração regional - Notas sobre o Brasil, o Mercosul e a União Européia	Camila Baraldi (IRI / USP)	Analisa o instituto jurídico da cidadania, citando o exemplo dos indígenas.
6º (2017)	A Interação entre Militares e Índios na Fronteira Amazônica Brasileira: Uma Análise Pós-estruturalista sobre os Pelotões de Fronteira	Diego Felipe B. Antunes (não informada)	A análise foi elaborada a partir da abordagem pós-estruturalista, para tema de Segurança Internacional, buscando interpretar o padrão de interação entre indígenas e militares, bem como as devidas implicações dessa interação.
7º (2019)	“Caminar la palabra”: reflexões sobre a teoria episteme-metodologia das Relações Internacionais desde o aprendizado ativo e engajado com as comunidades e redes neo-zapatista	Daniel Sebastián Granda Henao / (PUC-Rio)	A partir da abordagem decolonial, propõe pensar o campo das Relações Internacionais de outra forma, considerando o aprendizado e as reflexões do trabalho junto às comunidades e redes do neo-zapatismo.
8º (2021)	A engenharia da utopia e as engrenagens teóricas de poder: o processo do ocultamento da colonização dos EUA sobre as Filipinas nas Relações Internacionais (1889 – 1945)	Matheus Ibelli Bianco (UFRGS)	Explora caminhos de como as Relações Internacionais podem servir como “engrenagens de poder”. Utiliza exemplos de massacres indígenas que foram ocultados dos discursos oficiais e acadêmicos, sem retratar causas e consequências imperialistas e raciais.
	Antirracismo e Teoria das Relações Internacionais: um [re]encontro necessário	Pedro Henrique de Moraes Cicero (UFU)	Apresenta crítica às construções epistemológicas pautadas na consolidação do “Whitewashing” e da “branca metodológica” e no esforço pela “subalternização do indígena”, hegemônicas na consolidação do campo das Relações Internacionais.

Colonialidade do Poder: a marginalização de raça e racismo nas Relações Internacionais	Fouchard Louis e Sanel Charlotin (UNILA)	Por meio da abordagem pós-colonial e decolonial, o artigo problematiza como erradicar a classificação racial nas RIs, impedindo a reprodução de concepções essencializantes de raça.
Cosmopolítica para Adiar o Fim do(s) Mundo(s)	Gustavo Lagares Xavier Peres (PUC-MG)	Contribui para a reflexão sobre a descolonização da Antropologia e das Relações Internacionais, colocando em questão seus pressupostos racionalistas, eurocêntricos e universalizantes, mas deixa para pesquisas futuras o aprofundamento de tais questões.
Movimento diaspórico: Armênios no Brasil (2003-2015)	Júlia de Moraes Cabral. (UNIRIO)	Ao analisar a emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, surgidos entre os anos 70 e 80 na América Latina, para focar no movimento diaspórico armênio e sua luta, no Brasil, pelo reconhecimento do genocídio, cita como exemplos as mobilizações indigenistas, cujas demandas foram institucionalizadas pelos Estados (como por exemplo, Bolívia e Equador).
Descolonizar o gênero: uma análise sobre o feminismo afro-latino-americano	Fernanda Cardoso Fonseca (PUC-Rio)	Argumenta sobre projetos decoloniais de libertação dentro do feminismo decolonial. Destaca que o racismo que subordina indígenas e negras decorre de uma visão falaciosa de latinidade que legitima a inferiorização dos grupos sociais cuja cultura e história não têm a Europa como referência.
Um deserto de mortos-vivos: a Necropolítica nas fronteiras dos Estados Unidos com o México	Geovana Alves de Melo. (UNILA)	Ao identificar elementos como necropolíticos no caso da fronteira-sul dos Estados Unidos e as rotas de migração que passam pelo México, menciona que o sujeito migrante, em trânsito, geralmente pobre e de origem indígena, desapropriado sistematicamente de seus meios de vida.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, a partir dos Anais dos Encontros Nacionais da ABRI.

O primeiro trabalho possui autoria de Fernanda Viana de Carvalho e é intitulado *Da Antártica à Amazônia: Soberania e Cooperação Internacional Ambiental*. Publicada no 1º ENABRI, a pesquisa busca mapear a discussão sobre soberania e cooperação ambiental no Tratado da Antártica e ao arranjo proteção das florestas tropicais que se aplica à Amazônia. O trabalho reconhece o desafio às visões tradicionais de soberania que os temas como meio ambiente e cooperação internacional representam, bem como, aponta para os desafios da

participação das comunidades tradicionais e indígenas nos foros políticos sobre tais temas. Destaca, por exemplo, o papel das organizações não governamentais, em especial para vocalizar pautas de grupos subnacionais, nem sempre apoiadas pelos Estados:

Em relação aos citados grupos subnacionais, pode-se destacar as populações tradicionais e indígenas, que muitas vezes relacionam-se diretamente com outros Estados e organizações internacionais na busca de seus interesses, que nem sempre são patrocinados pelos governos de seus países (Carvalho, 2007: p.8).

Portanto, embora seja um trabalho alocado na área temática de TRI, é mais alinhado aos desafios da inserção dos povos e suas ideias nas estruturas tradicionais, do que com a busca por propostas alternativas de estruturas propriamente ditas.

O segundo trabalho, também apresentado no 1º ENABRI, possui como título *A Produção Teórica de Relações Internacionais na América Latina*. Da autoria de Alessandro Biazzi Couto, a pesquisa apenas tangencia a temática indígena ao elaborar uma discussão acerca das abordagens teóricas produzidas na América Latina na área de Relações Internacionais na época em que foi realizado o trabalho. Numa curta passagem destaca como as contribuições pós-coloniais enfrentam de forma objetiva os desafios de se interpretar e apontar alternativas sem passar necessariamente pela autonomia do Estado:

O paradigma de interpretação raça/classe é neste sentido extremamente relevante para interpretarmos a emergência de movimentos indígenas na América Latina que questionam as estruturas do Estado pós-colonial como o Zapatismo no México; a profusão de movimentos indígenas no Equador, e principalmente o rico processo que tem se desenvolvido em torno do governo de Evo Morales, tanto em suas relações internas quanto externas. É inegável também que a desigualdade e a violência urbana das grandes cidades latino-americanas têm uma correlação com a colonialidade do poder, a partir da incapacidade dos Estados independentes de democratizar e conceder cidadania plena à uma população historicamente marginalizada (Couto, 2007: 40).

O terceiro trabalho, com o título *Cidadania, migrações e integração regional - Notas sobre o Brasil, o Mercosul e a União Europeia* e da autoria de Camila Baraldi, foi publicado no 3º ENABRI. Baraldi (2011) elabora uma discussão acerca do instituto jurídico da cidadania no contexto das migrações como tema relevante para a comunidade internacional, a partir de uma análise jurídica de institutos e textos normativos. A menção aos indígenas ocorre apenas em um contexto de história das políticas e leis de imigração e cidadania no Brasil e

da inserção dos indígenas na sociedade brasileira, não dialogando diretamente com as teorias de Relações Internacionais.

O quarto trabalho encontrado, publicado no 6º ENABRI e da autoria de Diego Felipe B. Antunes, é intitulado *A Interação entre Militares e Índios na Fronteira Amazônica Brasileira: Uma Análise Pós-estruturalista sobre os Pelotões de Fronteira*. A análise foi, portanto, ancorada no referencial teórico do Pós-estruturalismo enquanto vertente teórica no contexto da Segurança Internacional. Nas palavras do autor:

[...] O contato entre tais pelotões e os povos indígenas nativos suscita uma série de questões importantes, uma delas a problemática da presente pesquisa: quais as possíveis transformações subjetivas consequentes do contato entre agentes estatais de cunho nacionalista e povos de nacionalidades potencialmente nebulosas ou inexistentes, cuja localização por vezes sequer se pauta por fronteiras estatais westfalianas? Um referencial teórico extraído de autores pós-estruturalistas como David Campbell e Michael Shapiro será empregado para examinar a seguinte hipótese: a natureza estatocêntrica dos militares os impele à uma lógica de interação nacionalizante para com os indígenas, num processo de integração dos mesmos à noção de “Nós” (Antunes, 2017: 204).

O quinto trabalho encontrado, é intitulado “*Caminar la palabra*”: *reflexões sobre a teoria episteme-metodologia das Relações Internacionais desde o aprendizado ativo e engajado com as comunidades e redes neo-zapatistas*, da autoria de Daniel Sebastián Granda Henao e publicado no 7º ENABRI. Trata-se de um trabalho que contribui para o debate, pois a partir de conceitos da abordagem pós-colonial, em seu resumo destaca: “Neste artigo proponho pensar o campo disciplinar das Relações Internacionais de uma forma outra, desafiando esses limites disciplinares, da mão da prática e teoria decolonial [...]” (Henao, 2019a: 223).

O trabalho apresentado no evento é uma adaptação do capítulo da sua Tese de Doutorado, defendida no mesmo ano, no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (HENAO, 2019b). O autor busca inspiração em outros autores para “[...] *ir más allá de la crítica decolonial y buscar los trazos de la construcción de ese ‘otro mundo’ que responde frente a los proyectos de destrucción y muerte de la modernidad [...]*” (Henao, 2019b: 67). Sua pesquisa desconstrói e critica a ideia de segurança - amplamente debatida no campo das Relações Internacionais - como algo construído em um contexto poder/saber, resultante de uma lógica que inviabiliza lidar com assuntos globais fora de determinadas janelas

epistêmico-metodológicas. Sua proposta é apresentar outras possibilidades de entender a segurança, a partir da compreensão das palavras pelas próprias comunidades. Nesse sentido, justifica:

De ahí la importancia en no solo narrar los presupuestos teóricos y metodológicos del pensamiento y la crítica decolonial, sino también demostrar un abordaje diferente para la comprensión de esas construcciones otras que se encuentran en experiencias diferentes a las de la academia occidental moderna; como por ejemplo, en la teoría-práctica comunitaria zapatista (Henao, 2019b: 67).

De uma forma geral, o autor argumenta que é necessário desafiar a episteme convencional do pensamento único e a própria definição de ciência, sem negar a ciência, nem a importância dos conceitos e teorias como parte do debate científico. Ao invés disso: “[...] *se trata de aceptar la validez de otros conocimientos que escapan al paradigma científico moderno*” (Henao, 2019b: 109). Em outro trecho, o autor defende:

[...] no basta con saber-se en el mundo, es necesario también aprender a cambiar para cambiarlo, hay que observar con otros ojos y aprender de los aprendizajes desde otras geografías y calendarios. La política zapatista es en sí una manera de construir conocimiento en colectivo; sea sobre ‘lo político’, sobre las manifestaciones de esa hidra en otros sitios, bien como – partiendo del rescate de sus usos y costumbres ancestrales- sobre el cómo gobernarse, sobre el mundo que hay a su alrededor. (Henao, 2019b: 108-109)

O 8º ENABRI, por fim, se mostrou o mais profícuo em trabalhos que citavam o termo “indígena/indígenas/*indigenous*” na área temática de Teoria das Relações Internacionais: sete (7) no total. Não obstante, o termo “perspectivas indígenas/*indigenous perspectives*” não tenha sido encontrado nenhuma vez, os trabalhos deste encontro majoritariamente se utilizam da perspectiva pós-colonial e decolonial, denunciando silêncios e premissas do campo.

O sexto trabalho, intitulado *A engenharia da utopia e as engrenagens teóricas de poder: o processo do ocultamento da colonização dos EUA sobre as Filipinas nas Relações Internacionais (1889 – 1945)*, da autoria de Matheus Ibelli Bianco (2021), discute os discursos oficiais dos acadêmicos canônicos da disciplina de RI sobre a colonização estadunidense nas Filipinas a partir de estudos historiográficos das Relações Internacionais, destacando a ocultação de menções a massacres às populações indígenas dos discursos oficiais e acadêmicos.

O sétimo trabalho encontrado, do autor Pedro Henrique de Moraes Cicero (2021), intitulado *Antirracismo e Teoria das Relações Internacionais: um [re]encontro necessário*, tem como objetivo debater a abordagem das Teorias das Relações Internacionais quanto à temática da raça, se valendo metodologicamente de fontes oriundas das Relações Internacionais estadunidenses e latino-americanas. Em seu trabalho, destaca a “subalternização do indígena” na consolidação do campo das Relações Internacionais.

O oitavo trabalho, intitulado *Colonialidade do Poder: a marginalização de raça e racismo nas Relações Internacionais*, dos acadêmicos Louis e Charlotin (2021), alinha-se ao trabalho anterior. Engendrando uma análise crítica fundamentada na abordagem pós-colonial e decolonial, os autores trataram acerca da discriminação presente na conceituação de raça nas Relações Internacionais. Defendem que colonialidade de poder é estruturante da política internacional e sua operacionalização é feita por meio da conceituação de raça.

O nono trabalho, denominado *Cosmopolítica para Adiar o Fim do(s) Mundo(s)* e da autoria de Gustavo Lagares Xavier Peres (2021), possui algumas interseções indiretas com a proposta das Perspectivas Indígenas como teoria de RI. Partindo de uma combinação entre antropologia e Relações Internacionais, o autor discute o racionalismo e o eurocentrismo na ontologia moderna, analisando o conceito da cultura e defendendo não as noções multiculturalistas, mas sim a existência de relações cosmopolíticas para além da dinâmica choque/tolerância. O acadêmico pontua ainda o pensamento político europeu e as influências que este recebeu a partir do encontro com os povos indígenas, reiterando que para superar sua invisibilização na sociedade eurocêntrica contemporânea os indígenas “são obrigados a carregar o fardo da imaginação do Ocidente. Mas ao passarem a viver num mundo de propriedade intelectual eles têm poucas chances de libertar dele a sua própria imaginação” (Cunha, 2009: 329 *apud* Peres, 2021: 11).

O décimo trabalho, cuja autora é Júlia de Moraes Cabral (2021) tem o título *Movimento diaspórico: Armênios no Brasil (2003-2015)*. Consiste em uma revisão bibliográfica centrada nos “novos movimentos sociais” das décadas de 1970 e 1980 na América Latina e no papel cumprido pela luta armênia em solo brasileiro em prol do reconhecimento do genocídio de seu povo e de sua diáspora. Na análise, a mobilização indígena é mencionada

como exemplo no contexto dos movimentos sociais que se fortaleceram e conquistaram suas reivindicações junto ao Estado (como foi o caso da constituição equatoriana criada em 1998).

Já o décimo primeiro trabalho, intitulado *Descolonizar o gênero: uma análise sobre o feminismo afro-latino-americano*, consiste no esforço da autora Fernanda Cardoso Fonseca (2021) de discutir, a partir dos prismas raça e gênero e do feminismo afro-latino-americano, o conceito de colonialidade de gênero. O trabalho destaca a urgência de se teorizar um feminismo reescrito a partir dos sujeitos subalternizados, entre os quais figuram as mulheres indígenas.

O décimo segundo trabalho, da autora Geovana Alves de Melo (2021), com o título *Um deserto de mortos-vivos: a Necropolítica nas fronteiras dos Estados Unidos com o México* é um estudo de fronteira baseado no conceito de Necropolítica. convergem conceitos tais como verticalização da fronteira, a violência contra os corpos das latino-americanas em região de fronteira e a manutenção da soberania na fronteira. Os indígenas são citados como exemplos de sujeitos migrantes muito vulneráveis em situações de deslocamento.

Buscando responder a questão norteadora do trabalho, que foi identificar em que medida as Perspectivas Indígenas estão presentes nos trabalhos acadêmicos apresentados na área temática de Teoria de Relações Internacionais da ABRI, pode-se afirmar que, de uma forma geral, os textos apresentados na referida área temática denunciam o ponto crucial notado por autores como Corntassel e Woons (2017): a ausência das Perspectivas Indígenas na lógica *mainstream* do campo, marcada pelo Estado-centrismo dominante na ordenação política e global. No encontro mais recente, realizado no ano de 2021, nota-se a maior presença das perspectivas pós-coloniais e decoloniais tangenciando as questões indígenas, evidenciando sua ausência, como defende Beier (2009).

Como já notado no estudo de Min (2016) e defendido por Beier (2009), quando se reconhece o nexo entre poder e conhecimento - presentes nos debates pós-coloniais e decoloniais - é possível que os acadêmicos passem a buscar mais ativamente pelas experiências dos povos marginalizados, modos não-ocidentais, práticas e contribuições que sirvam como um contraponto às práticas ocidentais, alinhados à proposta de Moreira (2007). Considera-se que o trabalho de Henao (2019a; 2019b) avança nesta direção dentro da área temática de

Teoria das Relações Internacionais, pois busca extrair das experiências observadas, uma outra forma de pensar as Relações Internacionais.

Dos doze trabalhos localizados na área temática, três deles foram produzidos ao longo dos anos (2007, 2019 e 2021), por pesquisadores vinculados ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, demonstrando que a instituição tem contribuído para articular diferentes leituras e abordagens de pesquisa no campo das Relações Internacionais. Mas vale notar que dois trabalhos apresentados no ano de 2021 foram de pesquisadores vinculados à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sugerindo o aprofundamento dessas leituras naquela instituição.

Convém também mencionar que a área temática Instituições Internacionais/Instituições e Regimes Internacionais/Instituições e Organizações Internacionais, com seus vinte e cinco (25) trabalhos nos quais foram localizados os termos de busca, merece uma análise qualitativa de seu conteúdo. Sugere-se que estudos futuros avancem em tal análise a fim de identificar convergências e contribuições à proposta das Perspectivas Indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão teórica do campo das Relações Internacionais marca a progressiva aparição dos povos indígenas nas agendas de pesquisa no campo, seja pelo interesse em sua inserção e prática política no cenário internacional, seja pelo potencial transformador das suas visões de mundo. Nesse sentido, é pertinente destacar a potencialidade das Perspectivas Indígenas como abordagem teórica no campo das Relações Internacionais contemporâneas.

As Perspectivas Indígenas, no campo das Relações Internacionais, representam uma contribuição crítica à visão Estado-cêntrica e pautada por conceitos ocidentais. Tal abordagem busca resgatar contribuições conceituais advindas de povos tradicionais e podem se manifestar de muitas formas, seja por meio da participação indígena nas atividades diplomáticas - *advocacy*, fóruns internacionais, entre outros - seja por meio das formas desses povos de se relacionar com o mundo que os cerca. Como identificado pelos autores que defendem tal abordagem, evidencia-se suas aptidões transformadoras na construção de

um futuro coletivo, possível através de sua competência na reflexão de maneiras de transformar e compreender as relações, não apenas entre os povos, mas em especial a relação dos povos com o mundo natural e o planeta.

Com o objetivo de identificar a presença das Perspectivas Indígenas nos trabalhos acadêmicos da área temática de Teoria das Relações Internacionais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ENABRI-ABRI), foram consultados sete anais dos eventos, referentes aos encontros dos últimos anos (2007 a 2021). Reafirma-se aqui a relevância da ABRI como referência do estado do campo das Relações Internacionais brasileiras, alicerçada em seu próprio lugar de associação de nível nacional. Entre os principais achados do trabalho, destacam-se a quantidade, vinculação institucional dos autores e a abordagem adotada nos trabalhos localizados.

Na primeira etapa da pesquisa - na qual foram aplicados termos de busca via ferramentas de localização, em cada um dos anais - foram identificados 88 trabalhos, distribuídos nas diversas áreas temáticas do evento. Na área temática de Teoria de Relações Internacionais foram localizados 12 trabalhos. O maior número de trabalhos vincula-se à área temática Instituições Internacionais/Instituições e Regimes Internacionais/Instituições e Organizações Internacionais (25 trabalhos). Como os anais da ABRI não informam o número total de trabalhos apresentados - nem dentro de cada área temática - não foi possível o cálculo em termos percentuais.

Destaca-se que o ENABRI mais recente, realizado no ano de 2021, foi aquele no qual foram apresentados o maior número de trabalhos com os termos de busca, especialmente na área temática de Teoria de Relações Internacionais e Instituições Internacionais/Instituições e Regimes Internacionais/Instituições e Organizações Internacionais. Este achado converge com o estudo de Min (2016), que identifica ambas as vertentes como potenciais para a compreensão da contribuição das Perspectivas Indígenas nas Relações Internacionais.

A análise qualitativa dos trabalhos apresentados na área temática de Teoria das Relações Internacionais revela que as questões indígenas são investigadas a partir de outras lentes teóricas. Principalmente, as abordagens pós-coloniais e decoloniais têm fundamentado as críticas dos pesquisadores brasileiros. Nota-se, desta maneira, relativa carência de trabalhos

centrados nas contribuições indígenas - suas práticas, seus saberes - para pensar as Relações Internacionais de uma outra forma. Nesse sentido, destaca-se a importância da recente abertura do campo para intersecções de estudos com áreas interdisciplinares, como Ciências Sociais e Antropologia, por exemplo.

Além disso, para avançar na análise, será preciso ainda investigar qualitativamente as contribuições dos trabalhos apresentados tanto na área temática Instituições Internacionais/Instituições e Regimes Internacionais/Instituições e Organizações Internacionais, com seus vinte e cinco (25) trabalhos, como também nas demais áreas temáticas da ABRI.

Por fim, ressalta-se que é na produção legitimamente indígena de Perspectivas Indígenas das Relações Internacionais, que reside o maior desafio dessa abordagem teórica. Levando-se em consideração a potencialidade das contribuições indígenas identificadas por Picq *et al* (2017) no que toca às competências desses povos na contribuição em reflexões e na originalidade de suas visões e *insights* acerca da política global e suas concepções tradicionais, é surpreendente que, no Brasil, as discussões acadêmicas quanto a essa abordagem sejam não apenas incipientes, mas também potencialmente ausentes de pesquisadores e acadêmicos indígenas.

Reforça-se, nesse sentido, a importância do reconhecimento desses povos como autoridades com propriedade de fala *de fato* nesta abordagem teórica em construção. Identifica-se preliminarmente a necessidade de robustecer sua condição de abordagem teórica, como argumentam Picq *et al* (2017), legitimando as produções de conhecimento da indigenidade e as retirando do limbo de classificação como algo não-europeu, não-confiável e não-científico.

REFERÊNCIAS

ABRI ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 2022a. Sobre a ABRI. Disponível em: <<https://www.abri.org.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

ABRI ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 2022b. Eventos anteriores. Encontros Nacionais da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145>. Acesso em: 21 fev. 2022.

ANTUNES, D. 2017. A Interação entre Militares e Índios na Fronteira Amazônica Brasileira: Uma Análise Pós-estruturalista sobre os Pelotões de Fronteira. Paper apresentado no VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 25 a 28 de julho.

BANCO MUNDIAL. 1991. Manual de Operações do Banco Mundial. Diretiva Operacional OD 4.20. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/24257516-Diretiva-operacional-populacoes-indigenas-od-4-20-pagina-1-de-5-manual-de-operacoes-do-banco-mundial-setembro-de-introducao.html>>. Acesso em 22 fev. 2022.

BARALDI, C. 2011. Cidadania, migrações e integração regional - Notas sobre o Brasil, o Mercosul e a União Européia. Paper apresentado no III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, São Paulo, 20 a 22 de julho.

BEIER, J. M. 2009. *Indigenous Diplomacies*. London: Palgrave Macmillan.

BIANCO, M. I. 2021. A engenharia da utopia e as engrenagens teóricas de poder: o processo do ocultamento da colonização dos EUA sobre as Filipinas nas Relações Internacionais (1889 – 1945). Paper apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Online, 26 a 30 de julho.

BUFFALO TREATY, 2021. *The Buffalo: A Treaty of Cooperation, Renewal and Restoration*. Disponível em: <<https://www.buffalotreaty.com/>>. Acesso em 01 de nov. de 2021.

CABRAL, J. 2021. Movimento diaspórico: Armênios no Brasil (2003-2015). Paper apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Online, 26 a 30 de julho.

CARVALHO, F. 2007. Soberania e Cooperação Internacional Ambiental. Paper apresentado no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Brasília, 25 a 27 de julho de 2007.

CARPENTER, K; TSYKAREV, A. 2021. “Indigenous Peoples and Diplomacy on the World Stage”. *American Journal of International Law*, v. 115, pp. 118-122.

CICERO, P. 2021. Antirracismo e Teoria das Relações Internacionais: um [re]encontro necessário. Paper apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Online, 26 a 30 de julho.

CORNTASSEL, J; WOONS, M. 2017. “Indigenous Perspectives on International Relations Theory”. In: MCGLINCHEY, S.; WALTERS, R.; SCHEINPFLUG, C. (eds). *International Relations Theory*. Bristol: E-International Relations Publishing, 2017, pp.131-137.

CORNTASSEL, J. 2012. “Re-envisioning resurgence: Indigenous pathways to decolonization and sustainable self-determination”. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*, v.1, n.1, pp.86-101.

COUTO, A.B. 2007. A Produção Teórica de Relações Internacionais na América Latina. Paper apresentado no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Brasília, 25 a 27 de julho de 2007.

CRESWELL, J. W. 2010. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.

FONSECA, F.C. Descolonizar o gênero: uma análise sobre o feminismo afro-latino-americano. Paper apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Online, 26 a 30 de julho.

FOUCHARD, L. CHARLOTIN, S. 2021. Colonialidade do Poder: a marginalização de raça e racismo nas Relações Internacionais. Paper apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Online, 26 a 30 de julho.

GIL, A. C. 2007. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

GUIMARÃES, F. S. 2021. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Contexto.

HENAO, D. 2019a. “Caminar la palabra”: reflexões sobre a teoria episteme-metodologia das Relações Internacionais desde o aprendizado ativo e engajado com as comunidades e redes neo-zapatista. Paper apresentado no VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 23 a 26 de julho.

HENAO, D. 2019b. Decolonizar la ‘Seguridad’: Comunidades Zapatistas en Resistencia, entre la guerra y la lucha por la autonomía indígena. 323 p. Tese de Doutorado. Doutorado em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 2019.

INOUE, C. 2018. “Worlding the Study of Global Environmental Politics in the Anthropocene: Indigenous Voices from the Amazon”. *Global Environmental Politics*, v. 18, n. 4, pp. 25-42.

LAPID, Y. 1989. “On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era”. *International Studies Quarterly*, v. 33, n.3, pp. 235-254.

MELO, G.2021. Um deserto de mortos-vivos: a Necropolítica nas fronteiras dos Estados Unidos com o México. Paper apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Online, 26 a 30 de julho.

MIN, B. 2016. “Not so universal? The search for indigenous international relations Theories in South Korea”. *The Korean Journal of International Studies*, v. 14, n. 3, pp. 461-487.

MOREIRA, F. 2007. Povos indígenas e relações internacionais: diálogo possível. Paper apresentado no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Brasília, 25 a 27 de julho de 2007.

OLIVEIRA, J. 2000. “Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais”. *Horizontes Antropológicos*, v. 6, n. 14, pp. 125-141.

PARIS, R. 2002. “International peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’”. *Review of international studies*, v. 28, n. 4, pp. 637-656.

PERES, G.L. X. 2021. *Cosmopolítica para Adiar o Fim do(s) Mundo(s)*. Paper apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Online, 26 a 30 de julho.

PICQ, M. L *et al.* 2017. “Visões indígenas desafiando o global: mulheres Kichwa pluralizando a soberania”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 6, n. 11, pp. 340-369.

TOLEDO, A. 2021 (Org). *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais*. Salvador: EDUFBA.

UREÑA-SÁNCHEZ, M. I. 2020. “Las teorías subalternas de las Relaciones Internacionales y los mundos alternativos posibles”. *Izquierdas*, v.41, pp. 1830-1854.

URT, J. N. 2011. *Povos indígenas como atores da governança global*. Paper apresentado no III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, São Paulo, 20 a 22 de julho.